

Paisagem e Meio Ambiente Colaboração Universidade – Poder Público: Frente e Verso

Euler Sandeville Junior

Arquiteto – Comissão Urbana CPPU/SEHAB

SANDEVILLE JUNIOR, Euler. Paisagem e Meio Ambiente. Colaboração Universidade - Poder Público: frente e verso In: Seminário Natureza e Prioridades de Pesquisa em Arquitetura, São Paulo: FAU USP, 1990.

I. Conceituação

Há um senso comum que vê a paisagem como um produto acabado a ser visto (contemplado) à distância e que, portanto, fica a reboque dos interesses da economia e das urgências administrativas, ressalvados aqueles locais excepcionais segundo essa compreensão de que a paisagem é um processo cultural que ocorre nas apropriações sociais dos valores do espaço, as quais são contraditórias e conflitantes.

Neste sentido, paisagem, meio ambiente, desenvolvimento urbano, patrimônio ambiental e cultural, são questões complementares. O meio ambiente, a exemplo de uma falsa visão, ou falta de visão da paisagem (uma paisagem que não se quer ver), tem sido concebido como quantidades que comprometem padrões físicos de existência em decorrência dos impactos gerados por sua exploração indiscriminada e como meio ecológico, sendo no primeiro caso entendido como poluentes e, no segundo, com freqüência identificado com os aspectos “naturais”, com os quais, de resto, se costuma identificar a paisagem. Essas instâncias não poderão jamais serem excluídas, sob pena de se perder o conceito e sua operacionalização. Contudo, não se pode pretender uma falsa objetivação tecnocrática, negligenciando a dimensão cultural e política que os constroem. É indispensável entender que a paisagem expressa os valores e diferenças da sociedade como lugar(es) da vida, exigindo que se relacionem escalas de compreensão e intervenção. Como bem observa Sun Alex em sua Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP em 1985, pág. 33: “Integrar assim como sub-dividir são atos derivados de decisões teóricas que formulem relações funcionais. Unidades componentes ou resultantes são idéias de entidades

íntegras e singulares, individualizadas a partir de interesses específicos. Uma casa, uma região ou mesmo um ecossistema representam unidades espaciais de entendimento e intervenção”. Deve-se, entretanto, observar que a institucionalização dessas questões tende a construir um corpo rígido de normas e instâncias administrativas e de decisão que não consideram a complexidade, a extrema dinâmica e interdisciplinaridade, bem como as particularidades das questões envolvidas.

A paisagem em São Paulo, sua qualidade ambiental, tem sido tratada de forma mais imediatista, privilegiando sempre ações de curto prazo, seja na criação de infra-estruturas, seja na especulação de seus valores reduzidos a um espectro utilitário, no que se incluem tanto as iniciativas particulares quanto as de poder público. Daí entendemos ser necessário das novos conteúdos às ações de curto prazo, às ações fragmentadas, as quais exigem atenção e geram resultados que, coordenados, poderão criar uma outra experiência administrativa e executiva. E outro lado, é necessário caminhar também no sentido inverso, das ações e políticas gerais para os casos particularizados, alimentando-se aquelas das experiências propostas por estes casos.

Na prática, a questão da paisagem e do meio ambiente defronta-se com o problema da excessiva fragmentação das estruturas administrativas; da inadequação ou da ausência de legislações; da carência da formação técnica nessas questões; da necessidade de se aproximar os órgãos normativos das efetivas dinâmicas urbanas e de sua gestão de modo a rever os aspectos normativos face às particularidades diversificadas do desenvolvimento urbano; da novidade que é generalização da consciência coletiva face a esses problemas que assume, às vezes, o caráter aparentemente superficial de moda ou marketing; das divergências de interesse das formas que se organizam na sociedade. No cotidiano da administração esses fatos traduzem-se em obstáculos à abordagem e mesmo à percepção da importância para a qualidade de vida expressa também na paisagem e no ambiente.

II. Projeto Experimental Universidade/ Prefeitura

Vemos a possibilidade de montar equipes interdisciplinares para trabalhar em projetos experimentais de paisagem, com colaboração da USP e de quadros das Administrações Regionais, com eventual apoio de Secretarias ou outras instâncias, com dois objetivos básicos:

1. aprimoramento de quadros profissionais e com intervenção da Universidade com problemas efetivos da cidade com toda sua dinâmica;
2. com a intenção de intervenção, conceituação e instrumentalização para essas ações em programas-piloto.

Esta idéia tem avançado lentamente, entretanto, temos firme convicção no seu potencial, tanto para encaminhamento de certos problemas da administração pública, quanto como projeto acadêmico da maior seriedade. Inicialmente tivemos contatos com os grupos de "Cultura da Cidade" da História da Unicamp, com a Fundação Getúlio Vargas e com a Faculdade de Arquitetura da USP, com quem temos mais avançado o diálogo neste sentido, embora ainda bastante preliminar. Como ponto de partida, neste momento, procuramos organizar com professores da FAU, debate sobre aspectos conceituais do Zoneamento Ambiental da APA do Carmo, como subsídio aos trabalhos em curso. Obviamente, imaginamos que um convênio com a Universidade deva ter um alcance bem maior, estruturado como projeto acadêmico.

A questão do aprimoramento e formação dos quadros da Prefeitura poderá se dar de dois modos, que podem ser complementares: através de cursos, como já realizamos no âmbito do Seminário A Imagem de São Paulo, embora o papel da Universidade, enquanto instituição, tenha sido neste caso muito mais passivo; através de projetos experimentais com objetivos e resultados programados precisos em casos adotados como programa piloto, como foi dito. Mesmo que a participação da Universidade na elaboração de cursos e debates conjuntamente com a Prefeitura possa ser efetivamente muito ampliado, a meu ver seu alcance é limitado se não for conjugado a outros projetos prioritários: oficinas ou ateliers experimentais e se possível interdisciplinares, que proponham a conceituação e encaminhamento de situações concretas particularizadas nas Regionais. Mesmo no caso de cursos, nosso pensamento é de que sejam entendidos como apoio conceitual e metodológico

para as ações que tenham problemas efetivos da cidade como sua finalidade de encaminhamento, e como base dos trabalhos a serem desenvolvidos pelos alunos.

Estes programas só poderão ser estabelecidos a partir de definição conjunta com as Faculdades e Departamentos interessados e outros colaboradores, entre os quais, no âmbito da Prefeitura, as Administrações Regionais, com as quais temos procurado aprofundar contatos em função de nosso trabalho e também com o objetivo de viabilizar um eventual plano piloto. A formulação desta idéia não se dá, entretanto, de imediato; deve ser construída em função das possibilidades que se apresentam, e da conscientização gradativa da Universidade e das diversas esferas de poder público que poderão estar envolvidas.

III. Projeto Acadêmico ou Problema do Ensino

Nunca é demais começar advertindo que o problema do ensino aqui referido é apenas um aspecto de um assunto infinitamente amplo, que tem como pano de fundo uma postura frente ao conhecimento e que entende que só é possível num processo ativo, tanto no que se refere a professor, quanto no que se refere a aluno. O raciocínio que tenho apresentado é decorrência de minha atuação como Professor de Paisagismo, Teoria e História da Arquitetura, Pesquisador e Arquiteto em órgão Público na área de Museus e noutro momento à da Paisagem Urbana. Decorre também de uma postura metodológica e conceitual em cada um desses momentos frente aos objetos de estudo, em síntese, o ambiente em suas várias escalas, procurando fazer concorrer os campos das artes plásticas, arquitetura e urbanismo, no âmbito da evolução urbana em cada momento histórico. Procura-se evitar o estudo especializado que separa num campo, o objeto artístico, noutro o arquitetônico, noutro o ambiente, como se a obra de Michelangelo na Capela Sistina estivesse localizada apenas num contexto “mental” ou, quando muito, num teto, mas não num contexto urbano. Um afresco é reproduzido tanto que aprendemos a pensar que é um fato em si, independente da terra em que foi produzido e a qual se fixa através das paredes de templo. Também aprendemos a ver a Torre de Pizza como um fato em si, desvinculado do fantástico conjunto urbanístico de que faz parte e no qual se referencia; aprendemos a ver de um único ponto de

vista: o do objeto ou da cena excepcional, na plenitude de sua individualidade. Considero interessante, por exemplo, a oposição de pinturas da renascença ao espaço urbano em que se inseriram, espaços que também se transformavam, mas que dificilmente seriam vistos como modernos. Já as obras, transplantadas para Museus em ambiente radicalmente diferentes e para cuja criação de algum modo contribuíram, assumem com maior ênfase sua antítese ao “mundo medieval”. Recolocá-las no espaço e no tempo original, e não apenas no tempo, dá a dimensão do ambiente em gestação, não só de modernidade, mas também de permanência.

O raciocínio é válido para a abordagem de outros períodos históricos, é válido inclusive para a leitura de “tempo” presente. Em geral, a história, suas teorias, e as teorias da arte são apresentadas (ou omitidas) como algo do passado, como conhecimento livresco. Há uma tendência a forçar o aluno a um distanciamento do real no que se refere ao conhecimento. De certo modo, a arte dos anos 60 e as idéias de arte-educação procuraram questionar essa relação de “espectador”, de oposição entre teoria e prática, entre conhecimento e ação.

O esforço de análise e conceituação, de revisão de experiências e de elaboração de expectativas de ação acadêmica, objetivando aproximar o ensino do real e da prática criativa e responsável é, ao meu ver, a questão central a se considerar e efetivamente a originar as estratégias de ensino. Pretende-se que o exercício crítico seja estimulado ao amadurecimento e inquirição das questões que norteiam a prática profissional e social. Pretende-se que o aluno perceba-se como realmente é, o agente e tutor de sua formação. Qual a contribuição, nestes termos, a se buscar? Tomarei como exemplo minha experiência na FAU Santos. Subindo de ônibus para São Paulo, a realidade me parece a estrada, a serra, o asfalto, o próprio ônibus aninhando enfileiradas as pessoas distraídas. Não é uma impressão simples ou primária. A meu ver, a base de qualquer proposta de ensino de arquitetura deve tomar como referência a experiência, para ampliá-la, em sua riquíssima condição de contradições. Assim, o ônibus subindo a serra, representa bem todo um sistema de relações com o ambiente, com a região e com seus lugares e problemáticas específicas. Tomar uma problemática como referência não significa fechar-se sobre ela descritivamente,

mas entendê-la a partir de metodologias adequadas, interceptando os diversos níveis de interesse à formação do arquiteto a partir do confronto de uma determinada situação recortada no “real”, na experiência cotidiana com as “estruturas ambientais”.

Os modos como essas posturas têm se definido didaticamente nas disciplinas que tenho ministrado, ou mesmo nos esforços de reformulação do Departamento de Teoria, com seus sucessos e fracassos, infelizmente não pode ser exposto nos limites deste trabalho. Essa postura tem um alcance mais amplo, como na pesquisa que realizei sobre os Teatros Distritais da Prefeitura e nas propostas que temos procurado implementar na CPPU, bem como norteia a indagação sobre a problemática em desenvolvimento na Pós-Graduação. Entretanto, aqui, estou procurando me ater mais ao projeto didático que se pode estabelecer com o aluno de graduação, uma vez que pretendemos uma colaboração com docentes, alunos e pesquisadores da USP. O problema da pesquisa abre ao aluno, ainda na Graduação, possibilidades maiores de participar criativamente do processo cultural da profissão e do ensino. Claro que não deve ser esta a única característica do ensino, mas a contribuição que pretendo trazer e que coloca vários problemas em seu âmbito que precisam ser considerados desde já e adequados à prática. E é preciso desmistificar uma falsa distinção entre teorias e práticas, conseqüentemente entre disciplinas teóricas e práticas. Em se tratando de formação, ao menos de arquitetos, são ambas aquisição de instrumentais para atuação no real (ao invés de no simulado), em geral colocado extra-muros seja num futuro próximo, seja numa relação utilitária imediata, mas desvinculada dos programas para os quais se exige a atenção do aluno. De qualquer modo, teoria e prática são ambas transmissoras de valores, conhecimentos, especulações e, também, treinamento. Claro que todos nós os pretendemos críticos.

Daí porque falsa distinção entre teoria e prática. Todo o trabalho do arquiteto é trabalho intelectual, como processo de procedimentos projetuais, como acúmulo de experiências e conhecimentos de realidades diversas, que ocorre num campo social subordinado a injunções econômicas e políticas (inclusive da própria categoria), que estabelecem e regulam o consumo enquanto são em função deste rearticuladas. O problema que proponho parece-

me que possa ser resumido num primeiro ponto-chave: resolver a distância entre ensino, realidade e intervenção, atuação profissional acadêmica ou projetual, realizando as características que aceitamos como definidoras do profissional arquiteto.

Diante da complexidade de fatores que hoje temos consciência que integram a prática conseqüente da profissão é que torna essencial que o aluno participe de sua formação. Entendemos a pesquisa como forma de participar crítica e criativamente dos valores da profissão, apreensão do real e instrumentalização conceitual para a ação. E isto exige reciclagem dos professores orientadores. Este projeto só é possível quando realizamos no particular o geral e a ele retornamos, num processo complexo: ensino e aprendizagem, o que nos coloca sempre a consciência do lugar como objeto de conhecimento e ação e, inclusive, da Universidade como prática e não mera simulação de uma prática futura de natureza diversa.

Essa postura parece-nos corroborada pelo contato com os alunos de arquitetura que sentem inicialmente enorme dificuldade para acompanhar aulas expositivas sobre temas que lhes parecem, naquele momento, distantes. No entanto, nas nossas cidades, no nosso ambiente, as idéias que pretendemos transmitir e analisar estão vivas, são formas persistentes, documentadas materialmente como produtos culturais em processo. As idéias chegam a tornarem-se fatos que as confrontam e daí remetem a novas possibilidades. Qual a distância e alcance entre o quase centenário "*cities of tomorrow*" de Ebenezer Howard e os embelezamentos do *City of São Paulo Improvements*? Qual a distância entre a teoria e projeto? Qual o alcance das idéias e das formas urbanas? Como se poderia demonstrar, a questão não é pertinente apenas àquelas disciplinas de "teoria", mas também àquelas de projeto, onde os problemas atuais que demandam o arquiteto, também circunscrevem seu raio de ação. Os exemplos são na verdade inúmeros e há aqueles que neste momento estão delineando posições, morfologias, expressando ideologias, demandando alternativas e conhecimentos, em geral, interdisciplinares. Entre aqueles conceitos e conhecimentos que parecem a alguns distantes elucubrações e a prática que parece a outros excessivamente objetivada, há uma relação fundamental para a formação do arquiteto. De certo modo,

nossas Dissertações e Teses resgatam, no plano da pesquisa individual, muitas dessas distâncias. Estamos propondo que se procure uma coordenação entre instâncias acadêmicas que podem pensar e estudar, e além disso propor, com as instâncias de gestão que estão propondo a partir do cotidiano problemas complexos.

IV. Conclusão à Guisa de Resumo

A Comissão de Proteção à Paisagem Urbana entende que é interessante do ponto de vista de um projeto acadêmico e do ponto de vista de projetos experimentais ligados à administração pública a colaboração sistemática e interdisciplinar entre a Universidade e a Prefeitura. Propõe como objetivos a formação e aperfeiçoamento de quadros profissionais, conceituação e debate mais profundos dos problemas urbanos, enfrentamento das condições concretas de intervenção no espaço público, a partir de programa-piloto de ação conjunta com a Regional e valendo-se das experiências de diversas Secretarias implicadas, população e eventuais interessados.